Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Processo Licitatório nº 216/2025
(NOVA DATA DE ABERTURA)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE MAFRA**, Estado de Santa Catarina, inscrito no **CNPJ nº 83.102.509/0001-72** com sede na Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1386 Edifício Francisco Grossl – Centro II Alto de Mafra, por intermédio do(a) servidor(a) Lucas Alexsandro Garcia, e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1093/25 em 16.09.2025, realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma ELETRÔNICA, do tipo **Menor preço**, critério de julgamento **Lote**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislações aplicáveis, em especial as Regulamentações eventualmente expedidas por esta Entidade das legislações supracitadas e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. CRONOGRAMA DA LICITAÇÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	das **17:00 horas** do dia **06/05/2026** até as **08:00 horas** do dia **22/05/2026**.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	às **08:30 horas** do dia **22/05/2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	às **09:00 horas** do dia **22/05/2026.**
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília (DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO	A sessão pública se dará por meio do sistema eletrônico BLL, no endereço eletrônico: **www.bll.org.br** "Acesso Identificado".
VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO	**R$ 370.671,24 (trezentos e setenta mil e seiscentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos)**
TIPO	**Menor preço -Lote**
MODO DE DISPUTA	**ABERTO/FECHADO**

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 A presente licitação tem como objeto: **aquisição de bens de consumo, como medicamentos, insumos médicos veterinários e ração para cães e gatos, além de bens permanentes, como equipamentos para canis e gatis e itens de limpeza e higiene para o Abrigo Municipal de cães e gatos, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.**, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2.2 Para o presente objeto a proposta comercial não poderá exceder o valor total de **R$ 370.671,24 (trezentos e setenta mil e seiscentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos)**, sendo composto, conforme descrito no Termo de Referência, da seguinte forma:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário	Valor total (R$)

					(R$)	
1	1	108578 - Antibacteriano injetável contendo: Sulfametoxazol (20,00g) e Trimetoprim (4,00g), frasco 100 ml	Fsc	50	34,42	1.721,00
1	2	108579 - Anti-inflamatório contendo: Meloxicam 0,2% injetável. Frasco de 20 ml.	Fsc	50	50,87	2.543,50
1	3	108580 - Anti-inflamatório à base de meloxicam contendo: Meloxicam (base) 0,5 mg	Cmp	300	0,97	291,00
1	4	108581 - Anti-inflamatório à base de meloxicam contendo: Meloxicam (base) 1 mg	Cmp	300	1,04	312,00
1	5	108582 - Anti-inflamatório à base de meloxicam contendo: Meloxicam (base) 2 mg	Cmp	300	1,04	312,00
1	6	108583 - Anti-inflamatório à base de meloxicam contendo: Meloxicam (base) 6 mg	Cmp	70	1,06	74,20
1	7	108584 - Anti-inflamatório prednisolona 20 mg	Cmp	200	3,88	776,00
1	8	108585 - Anti-inflamatório prednisolona 5 mg	Cmp	200	1,57	314,00
1	9	108586 - Dexametasona 2mg/ml - Injetável, frasco 10 ml	Fsc	50	7,20	360,00
1	10	108587 - Analgésico contendo: Cloridrato de Tramadol 80 mg	Cmp	50	38,78	1.939,00
1	11	108588 - Pré-anestésico injetável contendo: Xilazina 2mg, veículo q.s.p. 100ml Referência: Xilazin ou similar deigual qualidade (apresentação comercial mais comum)	Fsc	70	14,45	1.011,50
1	12	108589 - Anestésico geral contendo: Cetamina 10mg, veículo q.s.p. 100ml	Fsc	70	28,33	1.983,10

		Referência: Cetamin ou similar de igual qualidade (apresentação comercial mais comum)				
1	13	108590 - Medicamento anestésico injetável contendo: Tiletamina (cloridrato) (250 mg) e Zolazepam (cloridrato) (250mg), Excipiente q.s.p. 918,5 mg	Fsc	70	251,90	17.633,00
1	14	108591 - Medicamento SAROLANER, mastigável, via oral, parao tratamento e prevenção de infestações por pulgas (Ctenocephlides felis e Ctenocephalides canis) e tratamento e controle de infestações por carrapatos (Rhipicephalus sanguineus, Amblyomma americanum, Amblyomma maculatum, Dermacentor reticulatus, Ixodes scapularis, Ixodes ricius, Ixodes bexagonus, Haemaphysalis longicornis, Haemaphysalis elliptica). Sarolaner sendo também indicado para o tratamento e prevenção de sarna causada por Sarcoptes scabiei e Demodex canis e também, para o tratamento e prevenção de Otodectes cynotis (ácaro da orelha) Referência: SIMPARIC 80 MG- 20 A 40 KG ZOETIS ou similar de igual qualidade	Cx	200	87,60	17.520,00
1	15	108592 - Vermífugo oral para cães e gatos filhotes contendo: Pamoato de pirantel (equivalente a 0,5g de base) 1,45g Pamoato de oxantel (equivalente a 2,0g de base) 3,80g Praziquantel 0,50g	Cmp	150	23,86	3.579,00
1	16	108593 - Vermífugo sabor carne contendo: Praziquantel (50mg), Pamoato de Pirantel (144mg) e Febantel (150mg), para cães com	Cmp	200	9,13	1.826,00

		10kg				
1	17	108594 - Vermífugo sabor carne contendo: Praziquantel (175mg), Pamoato de Pirantel (504mg) e Febantel (525mg), Excipiente q.s.p 2.310mg, para cães com 35kg	Cmp	200	13,32	2.664,00
1	18	108595 - Praziquantel (20 mg) e Pamoato de pirantel (230 mg), para gatos até 4kg	Cmp	100	5,00	500,00
1	19	108596 - Inseticida, larvicida e cicatrizante em spray contendo: Fenitrothion (6,63g), Cloridrato de Clorexidina (0,15g), Alumínio (3,00g), Veículo q.s.p 100mL, Propelente: propano/butano 100g	Fsc	150	32,43	4.864,50
1					**Valor total do lote**	**60.223,80**
2	20	108597 - Vacina polivalente importada para cães V10 Auxiliar na prevenção da cinomose canina, hepatite infecciosa canina (adenovírus tipo 1), doenças respiratórias adenovírus tipo 2), parainfluenza canina, coronavirose canina, parvovirose canina e leptospiroses causadas pela Leptospira canicola, L. grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. pomona, em cães. (dose única por frascoapresentação comercial mais comum). Composição: A fração liofilizada correspondente a 1 dose de 1 mL e é constituída dos vírus vivos atenuados com títulos mínimos por dose na data do vencimento de 102,5 DICT50 para Cinomose, 102,9 DICT50 para Adenovírus tipo 2, 105,0 DICT50 para o vírus da Parainfluenza Canina, 107,0 DICT50 para Parvovírus e de 600 UN (Unidade Nefelométrica) para cada uma das	Fsc	400	43,94	17.576,00

		leptospiras(Leptospira canicola, L. grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. pomona).O diluente é uma preparação líquida de 1 dose de 1 mL da vacina de Coronavírus canino (CCV) inativado contendo um adjuvante e é usado para reidratar o componente liofilizado. Marca referência: Zoetis/Importada e Lema Biologic do Brasil Ltda. Produto termolábil, devendo ser transportado e entregue sob refrigeração, em embalagem térmica adequada, garantindo manutenção da cadeia de frio até o momento da entrega.				
2	21	108598 - Vacina polivalente importada para gatos (v4) Auxiliar na prevenção da rinotraqueíte, calicivirose, panleucopenia e clamidiose, em gatos. COMPOSIÇÃO: Contém amostras atenuadas do vírus da rinotraqueíte felina, calicivírus felino e vírus da panleucopenia felina, Chlamydia psittaci propagados em uma linhagem celular felina estabelecida. Contém gentamicina sendo apresentada sob forma liofilizada, acompanhada de diluente estéril. Marca referência: Zoetis/Importada; e Lema Biologic do Brasil Ltda . Produto termolábil, devendo ser transportado e entregue sob refrigeração, em embalagem térmica adequada, garantindo manutenção da cadeia de frio até o momento da entrega.	Fsc	150	54,95	8.242,50
2	22	108599 - Vacina antirábica importada. Produto termolábil, devendo ser transportado e entregue sob refrigeração,	Fsc	300	37,44	11.232,00

		em embalagem térmica adequada, garantindo manutenção da cadeia de frio até o momento da entrega.				
2					**Valor total do lote**	**37.050,50**
3	23	108600 - Analgésico contendo: Cloridrato de Tramadol injetável 50mg/mL – USO HUMANO	Amp	100	1,10	110,00
3	24	108601 - Sedativo e relaxante muscular contendo: Midazolam injetável 5 mg –USO HUMANO	Amp	80	3,93	314,40
3	25	108602 - Analgésico injetável contendo: Morfina 10mg – USO HUMANO	Amp	80	3,95	316,00
3	26	108603 - Antiemético contendo: Ondansetrona 4 mg, injetável – USO HUMANO	Amp	80	1,11	88,80
3	27	108604 - Analgésico contendo Petidina 50 mg injetável – USO HUMANO	Amp	100	4,92	492,00
3	28	108605 - Antisséptico - Água Oxigenada 10 vol. Composição: Cada 10 ml contém:- Peróxido de Hidrogênio = 3,0g; - Veículo qsp = 100,0ml	Fsc	200	5,30	1.060,00
3	29	108606 - Soro fisiológico 0,9%, frasco de 250 ml	Fsc	80	5,28	422,40
3					**Valor total do lote**	**2.803,60**
4	30	108607 - Seringa hipodérmica, material: plástico descartável - estéril, tipo bico: luer lock, capacidade: 10 ml, material ponta: plástico, agulha: sem agulha. Código do item: 6515.227.0004	un	500	0,35	175,00
4	31	108608 - Seringa hipodermica,material: plástico descartável - estéril, tipo bico: luer lock, capacidade: 20 ml, material ponta: plástico, agulha: sem agulha. Código	un	750	0,35	262,50

		do item: 6515.227.0023.				
4	32	108609 - Agulha hipodérmica, material: aço inox, acabamento: siliconizado, calibre: 25 g, comprimento: 80 mm, bisel: trifacetado, canhão: plástico resistente, cor canhão: verde. Código do item: 6515.011.0010. Complementação do item: unidade refere-se a 1 (uma) agulha 25X8.	un	1.000	0,13	130,00
4	33	108610 - Agulha hipodérmica veterinária,material canula: aço inox, calibre: 18 g, comprimento: número: 40x12. Código do item: 6535.001.0002. Complementação do item: unidade refere-se a 1 (uma) agulha 40X12.	un	500	0,11	55,00
4	34	108611 - Agulha hipodérmica,material: aço inox, acabamento: siliconizado, calibre: 16 g, comprimento: 40 mm, bisel: trifacetado, canhão: plástico resistente, cor canhão: branco. Código do item: 6515.011.0006. Complementação do item: unidade refere-se a 1 (uma) agulha 40X16	un	100	0,29	29,00
4	35	108612 - Agulha hipodérmica,material: aço inox, acabamento: siliconizado, calibre: 25 g, comprimento: 70 mm, bisel: trifacetado, canhão: plástico resistente, cor canhão: preto. Código do item: 6515.011.0009. Complementação do item: unidade refere-se a 1 (uma) agulha 25X7.	un	4.000	0,17	680,00
4	36	108613 - Alcool 70º Gl fc 1000 ml . Alcool, tipo: etílico, aspecto: liquido, concentração: 70º. Código do Item: 6810.472.0003.	L	100	5,43	543,00
4	37	108614 - Algodão,tipo: hidrófilo, tratamento: alvejado, apresentação:rolo,	Pct	500	12,48	6.240,00

		fornecimento: pacote 500g. Código do item: 6510.003.0011.				
4	38	108615 - Atadura ortopédica,material: crepom, largura: 12 cm, comprimento: 4,5 m, cor: natural, acabamento: uniforme, bordas acabadas, isenta de rasgos, impurezas e fiapos, embalagem: pacote 12 un norma: NBR 14056. Código do Item: 6510.004.0031.Obs.Conforme Portaria do MS, Forma de fornecimento pct com 12 unidades. Complementação do item: Unidade refere-se a 1 (um) pacote com 12 (doze) ataduras.	Pct	80	9,65	772,00
4	39	108616 - Cateter intravenoso, modelo: periférico calibre G18, material: poliuretano, segurança: sistema segurança para proteção do bisel, canhão: guia em aço inox. Código do item: 6515.253.0010.	un	500	2,33	1.165,00
4	40	108617 - Cateter intravenoso, modelo: periférico calibre G22, material: poliuretano, segurança: sistema segurança para proteção do bisel, canhão: guia em aço inox.	un	500	2,55	1.275,00
4	41	108618 - Cateter intravenoso, modelo: periférico calibre G24, material: poliuretano, segurança: sistema segurança para proteção do bisel, canhão: guia em aço inox.	un	500	2,17	1.085,00
4	42	108619 - Esparadrapo,material: algodao, largura: 10 cm, comprimento: 4,5m, cor:branco, tratamento: impermeavel código do item: 6510.024.0025	un	100	8,35	835,00
4	43	108620 - Gaze (curativo e cobertura)	Pct	100	19,04	1.904,00

		tratamento: nao esteril, material: 100% algodao, largura: 7,5 cm, comprimento: 7,5 cm, fornecimento: pacote com 500 unidades, acabamento: hidrofila. código do item: 6510.025.0007 (id - 66413)				
4	44	108621 - Luva descartável de látex: Luvas de procedimento não cirúrgico, descartáveis, confeccionadas em látex natural, tamanho P, M ou G conforme necessidade com pó bioabsorvível ou sem pó, ambidestras, não estéreis, alta resistência e elasticidade, destinadas ao uso em procedimentos médico-veterinários e atividades de rotina no canil municipal. Embalagem contendo 100 unidades (50 pares).	Cx	60	21,95	1.317,00
4	45	108622 - Seringa descartável 3 ml	un	1.000	0,14	140,00
4	46	108623 - Seringa descartável 5 ml	un	1.000	0,18	180,00
4					**Valor total do lote**	**16.787,50**
5	47	108624 - Kit de Colar Elizabetano: Kit contendo 10 Colar de proteção para cães e gatos, confeccionado em material plástico atóxico e resistente, com sistema de fixação ajustável. Kit Do N1 Ao N10	un	10	178,00	1.780,00
5	48	108625 - Colar Elizabetano: Colar de proteção para cães e gatos, confeccionado em material plástico atóxico e resistente, com sistema de fixação ajustável. Colar nº 5	un	30	23,85	715,50
5					**Valor total do lote**	**2.495,50**
6	49	108626 - Ração completa, seca, específica para cães filhotes, registrada no MAPA, apresentada em embalagem original e íntegra do fabricante. Deverá conter, no	Pct	100	221,91	22.191,00

		mínimo, 27% de proteína bruta, 12% de extrato etéreo, 0,3% de ômega 3 e 2,5% de ômega 6. Os teores máximos admitidos serão de 4% de fibra bruta, 10% de matéria mineral (cinzas) e 10% de umidade. O cálcio deverá estar presente na faixa de 1,0% a 1,5% e o fósforo entre 0,8% e 1,2%. A ração deve apresentar alta digestibilidade, grãos adaptados ao porte dos filhotes e ser isenta de corantes artificiais e conservantes nocivos. Pacote 25 kg				
6	50	108627 - Ração completa, seca, específica para cães adultos, devidamente registrada no MAPA e apresentada em embalagem original e íntegra do fabricante. Deverá conter, no mínimo, 21% de proteína bruta e 10% de extrato etéreo, com teores equilibrados para manutenção da massa muscular e fornecimento de energia. O teor de fibra bruta não deverá ultrapassar 5%, garantindo adequada digestibilidade, enquanto a matéria mineral (cinzas) deverá ser de no máximo 10% e a umidade de até 10%. O cálcio deve estar presente entre 1,0% e 1,4% e o fósforo entre 0,8% e 1,2%, em proporções adequadas para manutenção da saúde óssea e dentária. A ração deve conter ainda ácidos graxos essenciais, com pelo menos 0,2% de ômega 3 e 2,0% de ômega 6, favorecendo a saúde da pele e pelagem. O produto deve ser isento de corantes artificiais e conservantes nocivos, apresentar boa palatabilidade e	Pct	470	246,63	115.916,10

		digestibilidade, sendo formulado com ingredientes de qualidade que assegurem a manutenção da saúde e vitalidade dos cães adultos. Pacote 25 kg				
6	51	108628 - Ração completa, seca, balanceada e específica para gatos filhotes, registrada no MAPA e entregue em embalagem original e íntegra do fabricante. Deverá conter, no mínimo, 32% de proteína bruta, 12% de extrato etéreo, 0,3% de ômega 3, 2,5% de ômega 6 e 0,1% de taurina. Os teores máximos admitidos serão de 5% de fibra bruta, 10% de matéria mineral (cinzas) e 10% de umidade. O cálcio deverá variar entre 1,0% e 1,4% e o fósforo entre 0,9% e 1,2%. A ração deve apresentar alta digestibilidade, palatabilidade adequada, grãos adaptados ao porte dos filhotes e formulação que favoreça o crescimento saudável, o desenvolvimento neurológico e a saúde urinária, além de ser isenta de corantes artificiais e conservantes nocivos. Pacote 25 kg	Pct	40	239,39	9.575,60
6	52	108629 - Ração completa, seca, balanceada e específica para gatos adultos, registrada no MAPA e entregue em embalagem original e íntegra do fabricante. Deverá conter, no mínimo, 30% de proteína bruta, 10% de extrato etéreo, 0,2% de ômega 3, 2,0% de ômega 6 e 0,1% de taurina. Os teores máximos admitidos serão de 5% de fibra bruta, 10% de matéria mineral (cinzas) e 10% de umidade. O cálcio deverá variar	Pct	60	264,56	15.873,60

		entre 0,8% e 1,2% e o fósforo entre 0,7% e 1,1%. A ração deve apresentar alta digestibilidade, palatabilidade adequada, grãos compatíveis com a mandíbula dos felinos e formulação que auxilie na saúde urinária, além de ser isenta de corantes artificiais e conservantes nocivos. Pacote 25 kg				
6					**Valor total do lote**	**163.556,30**
7	53	108630 - Areia sanitária para gatos. Embalagem contendo 12 kg.	Pct	100	23,26	2.326,00
7					**Valor total do lote**	**2.326,00**
8	54	108631 - Microchip para Identificação Animal - Microchip eletrônico destinado à identificação permanente de animais, especialmente cães e gatos, compatível com os padrões internacionais ISO 11784 e ISO 11785. Dispositivo encapsulado em vidro biocompatível, com dimensões aproximadas de 12 mm de comprimento por 2,1 mm de diâmetro, contendo código numérico único e inalterável para identificação do animal. O produto deve ser fornecido esterilizado, acondicionado individualmente e agulhado, apropriado para implantação subcutânea. Os microchips poderão ser fornecidos pré-carregados em aplicador/agulha descartável ou acompanhados de aplicador reutilizável, na proporção mínima de 1 (um) aplicador para cada 50 (cinquenta) microchips, desde que garantidas as condições de biossegurança. Em ambos os	un	300	12,30	3.690,00

		casos, deverá ser assegurada a esterilidade do conjunto implantável (agulha e microchip), bem como a segurança e eficiência do procedimento. Cada unidade deverá acompanhar etiquetas adesivas contendo o códigode identificação para registro e controle.				
8	Valor total do lote					**3.690,00**
9	55	108632 - Caixa de transporte para animais, fabricada em polipropileno de alta resistência, de fácil higienização e durabilidade com dimensões aproximadas de 0,90 m (comprimento) x 0,63 m (largura) x 0,68 m (altura). Deve possuir aberturas para ventilação adequada em todas as laterais, porta frontal com sistema de travamento seguro, piso antiderrapante e estrutura que garanta o conforto e a segurança do animal durante o transporte. O material deverá ser leve, não tóxico, resistente a impactos e de fácil manuseio, permitindo a limpeza e a desinfecção frequentes.	un	6	1.482,97	8.897,82
9	56	108633 - Caixa de transporte para animais, confeccionada em polipropileno de alta resistência, de fácil higienização e longa durabilidade com dimensões aproximadas de 1,02 m (comprimento) x 0,72 m (largura) x 0,76 m (altura). Deve contar com aberturas adequadas para ventilação em todas as laterais, porta frontal com sistema de travamento seguro, piso antiderrapante e estrutura reforçada que proporcione	un	6	1.144,97	6.869,82

		conforto e segurança ao animal durante o transporte. O material deverá ser leve, atóxico, resistente a impactos e intempéries, além de permitir limpeza e desinfecção frequentes, garantindo boas condições de uso contínuo.				
9	57	108634 - Caixa de transporte para gatos - Caixa rígida, confeccionada em plástico resistente, com ventilação lateral e superior, trava de segurança na porta e alça para transporte manual. Indicada para o transporte seguro de gatos em deslocamentos curtos ou longos, como idas ao veterinário ou viagens. Possui fácil higienização e tamanho compatível com animais de pequeno porte. Dimensões aproximadas: 50 cm (C) × 35 cm (L) × 33 cm (A).	un	5	235,85	1.179,25
9	58	108635 - Kit Gaiola hospitalar destinada ao isolamento e quarentena de cães e gatos. Estrutura em aço inox ou aço com pintura epóxi, com superfícies lisas cantos arredondados e piso removível e antiderrapante. Deve possuir bandeja coletora e sistema de fechamento seguro e no mínimo 5 compartimentos. Dimensões mínimas recomendadas por compartimento: Cães: 2,5 m² por animal; Gatos: 2,2 m³. Acompanha travas de segurança, suporte para identificação e acessórios para montagem. Deve garantir isolamento físico e permitir limpeza eficiente.	un	3	3.032,33	9.096,99

9					**Valor total do lote**	**26.043,88**
10	59	108636 - Balança plataforma digital para pesagem de animais de médio e grande porte, destinada ao uso em rotinas de manejo zootécnico. A balança deverá ter as seguintes características técnicas mínimas: pesagem máxima de 150 kg, Plataforma em aço medindo aprox. 2m comprimento X 1m de largura. Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo. Indicador digital de peso: com visor de LED ou LCD de fácil leitura, com funções de tara, zero e congelamento de peso	un	2	1.428,70	2.857,40
10					**Valor total do lote**	**2.857,40**
11	60	108637 - Máquina de tosa elétrica profissional, apropriada para uso veterinário, adequada para tosas em cães e gatos, motor silencioso e de alto torque ideal para animais sensíveis ao som (nível de ruído abaixo de 65 dB), com potência mínima de 15W e velocidade mínima de 3.000 RPM; lâminas removíveis e de aço inoxidável ou cerâmica, resistentes à corrosão e de fácil higienização; regulagem de altura de corte ou compatibilidade com pentes adaptadores de diferentes tamanhos (mínimo de 4 tamanhos); corpo anatômico e antiderrapante, com design que facilite o uso contínuo sem causar fadiga ao operador.	un	2	1.169,70	2.339,40
11					**Valor total do lote**	**2.339,40**
12	61	108638 - Vasilha em aço inoxidável, destinada ao fornecimento de ração e água	un	120	35,07	4.208,40

		para animais, com capacidade individual superior a 1 litro. Fabricada em aço inox AISI 304 com acabamento polido ou escovado, fundo plano e pesado para maior estabilidade, evitando o deslocamento durante o uso. Deve possuir bordas arredondadas para facilitar a limpeza e impedir o acúmulo de resíduos. Produto atóxico, resistente à corrosão e adequado para uso frequente em ambientes internos ou externos.				
12	62	108639 - Bebedouro para uso animal, confeccionado em aço inoxidável AISI 304, resistente à corrosão, de fácil higienização e longa durabilidade. Capacidade aproximada de 4 litros adequado para o fornecimento de água potável a cães, gatos ou outros animais de médio porte. Deve possuir formato anatômico, com bordas arredondadas para evitar acidentes e facilitar a limpeza, fundo plano e pesado para maior estabilidade, evitando o tombamento durante o uso.	un	100	29,65	2.965,00
12	63	108640 - Cobertor para cães e gatos, confeccionado em material macio, quente e resistente, com dimensões aproximadas de 1,05 m de comprimento x 0,70 m de largura. gramatura grossa, ideal para garantir conforto térmico aos animais em diferentes condições climáticas. Deve ser produzido em tecido antialérgico, de fácil lavagem, secagem rápida e boa durabilidade, proporcionando aconchego e	un	150	19,38	2.907,00

		bem-estar aos animais abrigados. Acabamento com costuras reforçadas nas bordas, evitando desgaste prematuro.				
12	64	108641 - Colchonete ou cama retangular para cães, com dimensão aproximada de 100 cm x 50 cm, confeccionada em material resistente, durável e impermeável de fácil higienização, adequado para uso em ambientes internos ou externos. Deve possuir revestimento externo em lona PVC, courvin ou tecido sintético de qualidade similar, atóxico, costuras reforçadas e acabamento sem pontas ou partes que possam causar ferimentos aos animais. O enchimento interno deve ser macio, firme e manter a forma, garantindo conforto térmico e suporte adequado para descanso dos animais. O produto deverá ser leve, portátil e de fácil manuseio, podendo ser limpo apenas com pano úmido ou produtos de limpeza neutros.	un	100	27,85	2.785,00
12	65	108642 - Coleira confeccionada em fita de nylon de alta resistência e durabilidade, material atóxico, lavável e de fácil higienização, com costuras reforçadas e fivela plástica ou metálica de engate rápido dotada de sistema de ajuste para regulagem de tamanho, permitindo perfeito encaixe em cães de portes variados; deverá possuir argola metálica resistente para fixação de guia ou plaqueta de identificação, acabamento sem rebarbas ou pontas que possam causar desconforto	un	120	24,11	2.893,20

		ou ferimentos, garantindo uso seguro, confortável e adequado para manejo rotineiro em abrigos de animais; produto novo, livre de defeitos ou danos, apropriado para uso frequente em ambientes internos ou externos.				
12	66	108643 - Guia para cães confeccionada em material resistente, como nylon ou poliéster de alta durabilidade, com costuras reforçadas para maior segurança sendo leve e confortável para o manejo diário; possui comprimento aproximado entre 1,20 m e 1,50 m, proporcionando controle adequado do animal durante passeios ou contenção; equipada com mosquetão metálico giratório de alta resistência para fixação segura à coleira ou peitoral, acabamento sem rebarbas que possam causar desconforto ou ferimentos; adequada para cães de pequeno a grande porte, fácil de higienizar, resistente à umidade e ao desgaste por uso contínuo; produto novo, livre de defeitos e com garantia mínima conforme normas vigentes.	un	40	108,15	4.326,00
12	67	108644 - Prateleira/nicho para Gatil: Prateleira destinada ao enriquecimento ambiental e descanso de gatos, confeccionada em MDF de alta resistência, com acabamento liso e fácil higienização. Dimensões mínimas: 35 cm (largura) x 35 cm (profundidade) x 30 cm (altura), ou equivalente. Deve possuir sistema de	un	40	183,08	7.323,20

		fixação robusto para instalação em parede, com capacidade mínima de suporte de 15 kg. Possuir bordas arredondadas e superfície segura para trânsito dos animais, podendo admitir acabamento antiderrapante ou proteção acolchoada removível. Uso exclusivo em ambientes internos				
12	68	108645 - Corda de sisal natural, com diâmetro de 10 mm, fornecida em rolo de 50 metros, de alta resistência e durabilidade. Material biodegradável, isento de substâncias tóxicas. apresentando boa aderência e textura adequada para o desgaste das unhas felinas. Ideal para revestimento de arranhadores e estruturas utilizadas em ambientes destinados ao alojamento e bem-estar de gatos, contribuindo para o enriquecimento ambiental e prevenção de danos comportamentais.	un	40	77,37	3.094,80
12	69	108646 - Caixa de areia para gatos, confeccionada em plástico rígido, atóxico e de fácil higienização, com superfície lisa para evitar acúmulo de resíduos e odores. Deve possuir bordas arredondadas e altura suficiente para conter a areia sanitária sem permitir o espalhamento excessivo (altura aproximada de 15 a 20 cm). Dimensões aproximadas de 50 cm (comprimento) x 40 cm (largura) x 20 cm (altura), podendo variar conforme disponibilidade comercial. O produto deve ser resistente ao uso	un	20	24,04	480,80

		intenso, adequado para uso coletivo em abrigos, permitindo fácil remoção dos dejetos e limpeza frequente.				
12	70	108647 - Pá coletora plástica, resistente, fabricada em material atóxico de fácil higienização, com cabo ergonômico e base perfurada tipo peneira ideal para a remoção de fezes e resíduos de caixas de areia de gatos. Deve ter dimensões aproximadas de 25 cm de comprimento total, com largura mínima de 10 cm na área coletora, garantindo manuseio prático e eficiente. Produto novo, livre de rebarbas, com estrutura firme, durável e de uso contínuo em ambiente de abrigo ou residência.	un	10	6,14	61,40
12					**Valor total do lote**	**31.044,80**
13	71	108648 - Lixeira com acionamento por pedal, com corpo em aço inoxidável escovado, capacidade de 12 litros. Tampa articulada com fechamento automático e sistema de acionamento por pedal resistente, sem necessidade de uso das mãos. Balde interno removível em plástico resistente (polipropileno), com alça para transporte e higienização. Ideal para uso em áreas hospitalares, clínicas, banheiros, cozinhas ou escritórios.	un	6	94,33	565,98
13	72	108649 - Lixeira com acionamento por pedal, com corpo em aço inoxidável escovado, capacidade de 20 litros. Tampa articulada com fechamento automático e sistema de acionamento por pedal	un	18	147,03	2.646,54

		resistente, sem necessidade de uso das mãos. Balde interno removível em plástico resistente (polipropileno), com alça para transporte e higienização. Ideal para uso em áreas hospitalares, clínicas, banheiros, cozinhas ou escritórios.				
13	73	108650 - Lixeira fabricada em material plástico de alta resistência, com tampa basculante integrada ao corpo do produto. Capacidade de 50L. Ideal para descarte de resíduos secos em ambientes internos como escritórios, banheiros, escolas, clínicas, entre outros. A tampa possui sistema basculante que permite abertura com leve pressão e fechamento automático por gravidade, evitando o contato direto com o lixo e contribuindo para a higiene do ambiente. Estrutura leve, porém resistente a impactos, com superfície lisa, sem rebarbas e de fácil limpeza.	un	5	91,10	455,50
13	74	108651 - Carrinho de mão robusto, destinado ao transporte de rações, utensílios, resíduos e materiais diversos. Estrutura fabricada em aço galvanizado ou pintado com tinta anticorrosiva resistente à umidade e às intempéries. Caçamba em chapa metálica reforçada, com capacidade volumétrica aproximada de 50 a 70 litros, medindo cerca de 0,80 m de comprimento x 0,50 m de largura x 0,40 m de profundidade. Equipado com uma roda pneumática de borracha, com rolamento adequado para facilitar o manuseio em	un	5	216,33	1.081,65

		terrenos irregulares, além de alças ergonômicas que garantem conforto e segurança durante o uso. Deve ser de fácil limpeza e manutenção, suportando o uso frequente em ambientes externos.				
13					**Valor total do lote**	**4.749,67**
14	75	108652 - Lavadora de Pressão Elétrica de Alta Potência - Equipamento elétrico, portátil, de alta potência, destinado à limpeza pesada de superfícies externas pisos, paredes, veículos, canis, gatis, calçadas e áreas extensas, garantindo remoção eficiente de sujeiras incrustadas. Deve ter pressão mínima de trabalho de 2.000 psi, vazão mínima de 360 litros/hora e motor elétrico monofásico ou bifásico compatível com a rede elétrica local (220V), com potência mínima de 1.800 W. Acompanha mangueira de alta pressão com comprimento mínimo de 5 metros, pistola com gatilho ergonômico, bico regulável (jato leque e jato concentrado), bico turbo para limpeza pesada e bico aplicador de detergente ou reservatório integrado para produtos de limpeza. Cabo elétrico com comprimento mínimo de 3 metros, estrutura robusta com rodas e alça para transporte, carcaça em material resistente à corrosão, com sistema de proteção térmica do motor e vedação para uso externo. Deve possuir garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação, com rede de assistência técnica autorizada em território	un	1	1.369,89	1.369,89

		nacional				
14					**Valor total do lote**	**1.369,89**
15	76	108653 - Pallet fabricado em madeira de reflorestamento, resistente, tratado contra fungos e pragas, devidamente lixado para eliminar farpas e rebarbas, com cantos arredondados para maior segurança destinado a servir como superfície elevada para acomodação de cães em canis ou abrigos. Deve apresentar estrutura firme, capaz de suportar peso mínimo de 100 kg distribuídos, com base elevada do solo por meio de pés ou calços de madeira que garantam altura mínima de 10 cm, permitindo isolamento térmico e facilidade de limpeza. As frestas entre as ripas superiores devem ter espaçamento máximo de 2 a 3 cm, de modo a garantir conforto e segurança aos animais. O pallet deve ter acabamento com verniz ou pintura epóxi atóxica para maior durabilidade e proteção. Dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,20 m x 0,13 m, podendo variar conforme disponibilidade comercial.	un	100	133,33	13.333,00
15					**Valor total do lote**	**13.333,00**
					Total Geral	**370.671,24**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda.
3.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor público do Município de Mafra, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda (www.bll.org.br).

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros quando identificar incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
3.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

4.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.
4.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo protocolar o pedido respeitando o prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, em campo próprio na plataforma BLL - www.bll.org.br.
4.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio na plataforma BLL - www.bll.org.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
4.4 Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame, respeitando o disposto no § 1º do art. 55 da Lei n. 14.133/21.
4.5 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133/21.
4.6 As razões de recurso e as contrarrazões serão enviadas (anexadas) exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio na plataforma BLL - www.bll.org.br, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da divulgação da interposição do recurso.
4.7 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
4.7.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante, será informado pelo Agente de Contratação no Sistema a data para manifestação de recursos, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, via sistema, sob pena de preclusão para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.
4.7.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata final do certame, concedendo prazo de 3 (três) dias úteis para que a empresa requerente possa anexar seu recurso na plataforma eletrônica, concedendo o mesmo prazo, para que seja apresentado as contrarrazões pelas empresas.
4.8 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, na qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
4.9 O recurso ou o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou decisão recorrida até a deliberação final. Ainda, o acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação as empresas que estiverem devidamente cadastradas junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. – BLL, mediante a apresentação da documentação exigida para esse fim, conforme regras da referida plataforma. O cadastramento poderá ser realizado por meio do telefone (41) 3097-4600 ou pelo site www.bll.org.br , no link “CADASTRAMENTO”.

5.2 O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da licitação diretamente ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda por ele indicada, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.
5.3 A participação na licitação está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, observado o seguinte:
a) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará a BLL conforme o Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site www.bll.org.br link DOCUMENTOS, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.
b) Quaisquer dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador no fone (41) 3097-4600.
5.4 A micro empresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo IV para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema BLL, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.
5.5 Os licitantes deverão declarar conforme Anexo III que atendem aos requisitos de habilitação dispostos neste instrumento, de forma que responderão pela veracidade das informações prestadas.
5.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
5.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
5.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1 NÃO poderão disputar esta licitação (art. 14 da Lei nº 14.133/21):
6.1.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
6.1.2 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
6.1.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
6.1.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
6.1.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
6.1.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6.1.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.1.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
6.2 A vedação de que trata o item 6.1.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
6.3 O impedimento de que trata o item 6.1.5 será também aplicado ao licitante que atuar em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
6.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.1.3 e 6.1.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
6.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 No presente certame as fases de cadastro de propostas, lances e de julgamento serão anteriores à fase de habilitação.
7.2 Os licitantes deverão cadastrar, na plataforma da BLL, sua proposta inicial eletrônica, entendida como aquela inserida no sistema para fins de participação na sessão pública, contendo, obrigatoriamente, o preço ou o percentual de desconto, bem como a marca e modelo (quando aplicável), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para sua abertura.
7.3 **A proposta inicial, cadastrada na plataforma BLL, não se confunde com a proposta readequada, a qual deverá ser apresentada exclusivamente pelo licitante classificado em primeiro lugar, em conformidade com o modelo constante do Anexo II deste Edital.**
7.4 Os licitantes, sob pena de desclassificação, deverão emitir declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme ANEXO II.
7.5 Para efetuar o cadastro da proposta, o licitante deverá preencher no sistema as seguintes informações:
7.5.1 Valor unitário e total do item/grupos ou valor global ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital;
7.5.2 Marca e/ou modelo;
7.5.3 Fabricante;
7.5.4 Descrição detalhada do objeto, conforme consta no Termo de Referência.
7.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
7.7 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
7.8 O prazo de garantia do(s) produto(s) licitado deverá ser conforme termo de referência (Anexo I).
7.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
7.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 O prazo de validade da proposta final readequada não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
7.12 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
7.13 No arredondamento do cálculo do preço, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.
7.14 Encerrada a etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a proposta final ajustada ao último lance ofertado, obrigatoriamente elaborada conforme o modelo constante do Anexo II deste Edital.
7.15 A proposta final readequada constitui documento formal distinto da proposta cadastrada no sistema eletrônico, devendo refletir fielmente o valor do último lance ofertado.
7.16 No mesmo prazo estabelecido para apresentação da proposta final ajustada, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, sob pena de desclassificação, eventuais planilhas de custos, composições unitárias e demais documentos complementares, quando aplicáveis, devidamente preenchidos e compatíveis com o valor do último lance ofertado e com as exigências do edital.
7.17 A **proposta final readequada** e os documentos referidos no item anterior deverão ser encaminhados no prazo de **até 2 (duas) horas**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
7.17.1 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.
7.18 A proposta final readequada deverá refletir o valor do último lance, ser elaborada em estrita conformidade com o **Anexo II**, conter todas as informações exigidas no referido anexo e estar devidamente assinada pelo representante legal.
7.19 O não envio da proposta final ajustada e/ou dos documentos exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o edital, no prazo estabelecido, implicará desclassificação do licitante, sem prejuízo da convocação do próximo colocado.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes deverão encaminhar, antes da abertura da sessão pública, nos termos deste Edital, juntamente com a proposta, todos os documentos de habilitação exigidos por este instrumento convocatório, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
8.2 Todos os documentos protocolados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade por no máximo 120 (cento e vinte) dias, após a sua data de emissão, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.
8.3 As empresas criadas no mesmo exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, quando for o caso.
8.4 Os licitantes deverão preencher e protocolar, juntamente com as propostas, os documentos de habilitação, e as declarações dispostas nos Anexos deste Edital.
8.5 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora do objeto seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
8.6 O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
b) **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva**.

9.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;
c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
e) Certificado de Regularidade de Situação com o **FGTS** (CRS/FGTS);
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - **CNDT**;
g) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
h) O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.3 DECLARAÇÃO CONFORME MODELO DO ANEXO III

9.3.1 Declaração conforme modelo constante do Anexo III, assinada por representante legal da proponente, contendo todas as informações e afirmações ali exigidas, acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos comprobatórios:

9.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1 **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.4.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.5 AS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DEVERÃO ANEXAR

9.5.1 Declaração de que está enquadrada na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, conforme modelo constante no Anexo IV.
9.5.2 Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.

9.5.3 Existindo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação na forma do art. 43, §1º da LC 123/2006.
9.5.4 A falta de regularização dos documentos no prazo, implicará na decadência do direito à contratação, passível de aplicação das sanções previstas no §5º do art. 90, da Lei nº 14.133/21.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
10.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
10.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
10.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote ou global.
10.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
10.6 Será DESCLASSIFICADA a proposta que identifique o licitante.
10.7 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, disponível para o acompanhamento de todos os participantes.
10.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor registrado no sistema.
10.9 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO E FECHADO (15 minutos de disputa, depois um mini-randômico de até 10 minutos e por fim 5 minutos para a etapa FECHADO 1 seguindo critérios específicos para a fase fechada supracitada, findo os quais será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances) conforme regramento estabelecido pelo Decreto 5.409/2024, em especial as etapas previstas no art. 3º do referido Decreto.
10.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
10.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
10.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
10.13 Será desclassificada a proposta que:
a) apresentar vícios insanáveis;
b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
10.14 DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
10.14.1 Será identificado pelo sistema os valores ofertados pelas empresas ME, EPP e MEI, o qual procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, conforme disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123 de 2006.
10.14.2 As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.14.3 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, segundo o item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo decadencial de 5 (cinco) minutos, contados pelo sistema após a comunicação automática.
10.14.4 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
10.14.5 Caso ocorra a equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
10.15 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
10.16 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
a) empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade licitante;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Assim, definido o resultado da fase de lances, a Administração negociará condições mais vantajosas com o licitante que ofertar o Menor preço -Lote .
11.2 Qualquer interessado poderá requerer a realização de diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
11.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie de forma expressa e motivada, parcela ou à totalidade da remuneração.
11.4 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/21.
11.5 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/21 e legislação correlata e nos termos deste Edital,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta nos seguintes cadastros:
a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contras da União - Certidões APF (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/); e
b) Cadastro no Tribunal de Contas do Estado;
11.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será desclassificado, por falta de condições de participação.
11.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
11.8 Existindo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
11.9 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos relativos à habilitação deverão ser anexados no momento do cadastro da proposta no sistema eletrônico www.bll.org.br, UPLOAD DE DOCUMENTOS (documentação digital), sob pena de desclassificação.
12.2 Encerrada a sessão pública virtual, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar os documentos de habilitação em original ou cópia autenticada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão, para o endereço: Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1386 Edifício Francisco Grossl – Centro II Alto de Mafra - Fone: (47)3641-4009 ou (47)3641-4060.
12.3 Ficam dispensadas do envio físico as licitantes que tenham apresentado documentos assinados digitalmente ou obtidos por meio eletrônico, cuja autenticidade possa ser verificada pelo Agente de Contratação.
12.4 Na análise da documentação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada em ata.
12.5 O Agente de Contratação poderá realizar consulta direta aos sítios eletrônicos dos órgãos expedidores para verificação da autenticidade dos documentos apresentados.
12.6 Documento ausente que comprove condição preexistente à abertura do certame poderá ser solicitado pelo Agente de Contratação, para fins de complementação.
12.7 Não atendidas as exigências de habilitação, mesmo após diligência, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, obedecida a ordem de classificação, até a apuração de licitante habilitado.
12.8 Quando houver exigência de apresentação de amostras, prova de conceito, exame de conformidade ou outros testes de interesse da Administração, estes somente serão exigidos após a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar e antes da abertura do prazo para manifestação de intenção recursal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
12.8.1 A exigência de apresentação de amostras ou testes somente após a habilitação visa racionalizar o procedimento licitatório e evitar custos desnecessários aos licitantes, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade.
12.9 As amostras e testes serão avaliados pela Secretaria Requisitante ou Comissão de Contratação especialmente designada para esse fim, quanto à conformidade com os critérios estabelecidos neste Edital e seus Anexos.
12.10 Caso a amostra ou o teste seja reprovado, o licitante será desclassificado, sendo convocado o licitante subsequente na ordem de classificação, para fins de habilitação e, se for o caso, apresentação de amostras.
12.11 Caso a amostra ou o teste seja aprovado, o licitante será declarado vencedor do item/lote.

12.12 A licitante habilitada deverá anexar a **proposta reajustada** - opção Documentos Complementares (Pós disputa) - **no prazo de até 02 (duas) horas**, contado da convocação pelo sistema, via chat, podendo o prazo ser prorrogado motivadamente pelo Agente de Contratação.
12.13 O não cumprimento do prazo acarretará a desclassificação da licitante, convocando-se a próxima classificada.
12.14 Declarado o vencedor, será aberto pelo Agente de Contratação o prazo de **30 (trinta) minutos**, via sistema, para registro das **intenções recursais**.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O licitante ou o fornecedor/prestador, será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
b) deixar de entregar a documentação exigida;
c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar e;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.3 A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.4 A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.5 A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
13.5.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor/prestador, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.5.2 Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
13.6 É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

13.7 O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
13.8 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
13.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
13.9.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
13.9.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
13.10 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei nº 14.133/21;
b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
c) suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
13.11 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

14.1 O adjudicatário será notificado no endereço eletrônico informado no Anexo III para assinar o contrato no prazo de 05 dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
14.2 Somente serão aceitas as assinaturas realizadas pela plataforma de tramitação eletrônica de documentos disponibilizada pela Prefeitura de Mafra.
14.3 As instruções de como realizar a assinatura do instrumento contratual encontram-se disponíveis no link: https://mafra.sc.gov.br/uploads/sites/372/2025/01/IN-LIC-2025-001-Assinatura-de-documentos-1Doc-via-acesso-externo.pdf
14.4 Em caso de dúvidas ou dificuldades em realizar a assinatura o adjudicatário poderá entrar em contato diretamente com o Departamento de Compras e Licitações, através dos fones: **(47) 3641-4009 ou whatsapp (47) 3641-4009.**
14.5 Se o adjudicatário se recusar a assinar o intrumento contratual, a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação, assim, será instaurado procedimento administrativo para eventual aplicação das sanções previstas em lei e neste instrumento convocatório.
14.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanção administrativa, será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 Os critérios de recebimento, de aceitação do objeto e de fiscalização da execução contratual observarão o disposto no ANEXO I, que integra o presente Edital para todos os fins.

16. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1 O prazo e o(s) local(is) de entrega do objeto são os estabelecidos no ANEXO I, parte integrante deste Edital.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
17.2 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
17.5 Caso a sessão pública seja suspensa, especialmente em caso de diligências, será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
17.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
17.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
17.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no seguinte endereço eletrônico: **http://www.mafra.sc.gov.br**.
17.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência.
Anexo II	Modelo para Apresentação da Proposta de Preço.
Anexo III	Modelo de Declarações - Cumprimento de Exigências Legais.
Anexo IV	Modelo Declaração de Enquadramento de ME/EPP.
Anexo V	Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços

Mafra/SC, 31 de março de 2026.

ANDRÉ RAFAEL HACK
Secretário Municipal de Administração

CARLOS ALBERTO NITZ
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Processo Licitatório nº 216/2025

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

(Disponível para visualização e download no seguinte endereço eletrônico:
https://mafra.sc.gov.br/licitacao/067-2025-pregao-eletronico/)

Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Processo Licitatório nº 216/2025

ANEXO II
MODELO - PROPOSTA FINAL READEQUADA

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto da presente licitação - **Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Razão Social:	**CNPJ/MF:**	
Endereço:	**Cidade/UF:**	**CEP:**
Representante:	**Cargo:**	**CPF:**
Tel./Whats: ( )	**E-mail:**	
Banco:	**Agência:**	**Conta:**
Cidade/Estado onde se localiza a sede da Agência indicada:		

Lote	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT. R$	VALOR MÁXIMO TOTAL R$
1					
				VALOR TOTAL R$	

2. Na proposta escrita, deverá conter:
a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;
b) O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
c) Especificação e marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** , deste Edital e;
d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.
3.O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo I deste edital.
(*) o Valor Unitário – R$ deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4.PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)
Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o **Anexo I do Edital**.
PROPOSTA: R$ (Por extenso)

5.CONDIÇÕES GERAIS
5.1.A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA
A garantia será conforme termo de referência do Edital, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
Conforme Anexo I

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO

[Cidade] , ___ de _____ 202X.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	

Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Processo Licitatório nº 216/2025

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

À Prefeitura de Mafra/SC

Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025 **Processo Licitatório nº 216/2025**
Objeto: aquisição de bens de consumo, como medicamentos, insumos médicos veterinários e ração para cães e gatos, além de bens permanentes, como equipamentos para canis e gatis e itens de limpeza e higiene para o Abrigo Municipal de cães e gatos, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano..

A empresa _____, inscrita no CNPJ n._____, localizada _____, na cidade de _____, com telefone ( )_____, endereço de e-mail _____, por meio de seu representante legal _____, administrador ou procurador com poderes, inscrito no CPF _____ e RG _____, declara:

☐Que o instrumento será assinado pelo Sr. (a) _____, (qualificação) portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº , bairro _____, CEP _____, cidade de _____, Estado de _____, Fone/WhatsApp,_____ email_____.

☐estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
☐estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;
☐que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
☐que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
☐cumprir todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
☐que se encontra em situação regular quanto ao cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, ou, quando for o caso, que se enquadra nas hipóteses legais de dispensa dessa obrigação, conforme atestado pela Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, apresentada neste ato.
☐que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;
☐que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

☐Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, no prazo que o mesmo estipular;
☐Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, bem como que se encontra em situação regular quanto ao cumprimento da reserva legal de contratação de aprendizes, ou, quando for o caso, que se enquadra nas hipóteses legais de dispensa dessa obrigação, conforme atestado pela Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes, apresentada neste ato.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

[Cidade] , ___ de _____ 202X.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	

Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Processo Licitatório nº 216/2025

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Prefeitura de Mafra/SC,

Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Objeto: aquisição de bens de consumo, como medicamentos, insumos médicos veterinários e ração para cães e gatos, além de bens permanentes, como equipamentos para canis e gatis e itens de limpeza e higiene para o Abrigo Municipal de cães e gatos, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano..

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n. [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei:

Ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Nesse sentido, também declara que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021. Ainda, declara que está ciente de que o Agente de Contratação poderá solicitar a comprovação das contratações celebradas e encaminhará todos os documentos pertinentes para atestar a veracidade do seu compromisso.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

[Cidade] __ de _____ de 202X.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	**Contador Responsável:** Nome: CPF: Nº do CRC: Assinatura:

Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025
Processo Licitatório nº 216/2025

ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/202X

Validade da Ata: XX/XX/202X

O **MUNICÍPIO DE MAFRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ sob nº 83.102.509/0001-72**, localizada à Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, em Mafra - SC, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, da Lei Municipal nº 4.708 de 23 de fevereiro de 2024 e das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no **Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025**, homologado conforme Decreto Municipal nº 5.405 de 11 de janeiro de 2024, pelo Prefeito do Município de Mafra o **Sr. CARLOS ALBERTO NITZ**, conforme o edital e todos os anexos, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 A presente Ata possui a finalidade de registrar os preços obtidos no **Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 067/2025** para a futura e eventual **aquisição de bens de consumo, como medicamentos, insumos médicos veterinários e ração para cães e gatos, além de bens permanentes, como equipamentos para canis e gatis e itens de limpeza e higiene para o Abrigo Municipal de cães e gatos, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.,** conforme as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, anexo ao Edital do processo licitatório.

1.2 Salienta-se que a Administração não está obrigada a adquirir as quantidades estimadas e dispostas no edital deste Pregão Eletrônico.

1.3 Nos valores registrados já estão inclusas todas as despesas com entrega, instalações/adequações do objeto; materiais; mão-de-obra, encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; deslocamento de veículos; seguro; lucros, todos e quaisquer tributos e encargos pertinentes independentemente da quantidade que venha a ser registrada na Ata, bem como, todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS
2.1 Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es)/prestador(es), nos seguintes termos:

FORNECEDOR/PRESTADOR 1: [CÓDIGO DO FORNECEDOR/PRESTADOR NO E-PÚBLICA] – adjudicado para [razão social da empresa arrematante, CNPJ, endereço completo e telefone] representado por [nome do representante, indicar a qualificação, RG/CPF, endereço, e-mail e telefone], conforme quadro a seguir:

ITEM/LOTE	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário registrado	Preço total registrado	Validade da Ata
01						

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 84 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para Administração, conforme Decreto Municipal nº 5.409/2024 de 11/01/2024.

3.2 Quando existir prorrogação da vigência da ata, os quantitativos registrados poderão ser renovados até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

3.3 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o **reajuste de preços** mediante apostila, e aplicará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

4.1.1 Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerada a data do **Mapa Comparativo de Preços (08/10/2025),** desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

4.2 A **repactuação de preços** também ocorrerá mediante apostila, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.

4.3 A **revisão de preços (Reequilíbrio)** registrados será realizada mediante solicitação do fornecedor/prestador ou da Administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n° 14.133/2021.

4.3.1 O pedido realizado pelo fornecedor/prestador para revisão de preços será analisado e respondido no prazo de **10(dez) dias úteis**, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.

4.3.2 A emissão de nota de empenho ou autorização de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.

4.3.3 A execução do objeto ou a extinção da ata de registro de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.

4.3.4 Para pedidos de revisão realizados antes da vigência da ata, produzirá seus efeitos após o início da vigência.

4.4 No caso de existência de garantia da execução, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, o gestor da ata enviará o termo de apostilamento ou o aditivo com atualização de preços para o fornecedor/prestador promover a complementação da garantia, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.

4.5 As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor da Ata e o Preposto da empresa fornecedora/prestadora, conforme os dados apresentados no preenchimento no **Anexo III do edital**.

CLÁUSULA QUINTA – DO COMPROMISSO DO(S) FORNECEDOR(ES)/PRESTADOR(ES)

5.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante a vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR/PRESTADOR

6.1 O registro do preço do fornecedor/prestador será cancelado pela Administração quando:

6.1.1 o fornecedor/prestador for liberado;
6.1.2 o fornecedor/prestador descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3 o fornecedor/prestador não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4 o fornecedor/prestador sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;
6.1.5 o fornecedor/prestador perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
6.1.6 o fornecedor/prestador não assinar este instrumento, no prazo estabelecido;
6.2 O cancelamento do preço registrado será autuado no processo administrativo da licitação e ensejará o aditamento da Ata.
6.3 Será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador do preço cancelado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, a Administração poderá realizar nova contratação, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A presente Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente:
7.1.1 pelo encerramento de sua vigência;
7.1.2 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
7.1.3 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

CLÁUSULA OITAVA – MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO
8.1 O objeto será executado nos prazos e condições fixadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/PRESTADOR
9.1 Constituem obrigações do fornecedor/prestador:
9.1.1 assinar esta Ata no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2 cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
9.1.3 responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.4 dar garantia para os itens, conforme estabelecido no Termo de Referência;
9.1.5 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, procedência e prazo de garantia;
9.1.6 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.1.7 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, **no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, o objeto com avarias ou defeitos;
9.1.8 responder por todos os ônus referentes ao item, desde o transporte, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e salários dos seus empregados;
9.1.9 responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ao MUNICÍPIO, em razão de acidentes, ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa de seus empregados;
9.1.10 obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento dos itens, sem ônus adicionais para o Município.

9.1.11 indicar um preposto a quem a fiscalização se reportará de forma ágil, bem como organizar e coordenar os fornecimentos/serviços sob sua responsabilidade.
9.1.12 Os objetos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas do fornecedor/prestador, sem prejuízo da aplicação de penalidades. A empresa é responsável pela qualidade do produto/serviços em condições de aplicação na entrega.
9.1.13 comunicar ao Órgão, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas, que antecede a data da **entrega do material/serviço**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.1.14 manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
9.1.15 aceitar nas mesmas condições os acréscimos que se fizerem necessárias ao fornecimento do objeto.
9.1.16 promover, no prazo estipulado, a complementação da garantia de execução, quando for o caso, após ocorrer o reajuste, a repactuação ou a revisão de preços registrados;
9.1.17 acatar todas as orientações da Administração, emanadas pelo **gestor e fiscal** da ata, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
9.1.18 fornecer/executar os materiais/serviços somente após emissão da Autorização de fornecimento (AF), Ordem de Serviço (OS) ou Nota de Empenho, salvo a prestação de atendimento de emergência, que poderá ser prestada mediante Autorização de Fornecimento emitida por servidor formalmente designado com poderes para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR
10.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda:
10.1.1 Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores/prestadores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes do Processo;
10.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor/prestador vencedor;
10.1.3 Realizar a fiscalização e a gestão contratual;
10.1.4 Emitir de nota de empenho ou ordem de fornecimento quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
10.1.5 Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado nesta Ata;
10.1.6 Receber a mercadoria no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
10.1.7 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo; recusar qualquer item fora das especificações estabelecidas no Termo de Referência;
10.1.8 Comunicar ao preposto do fornecedor/prestador, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
10.1.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais e trabalhista antes de cada pagamento;
10.1.10 Verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;
10.1.11 Tomar as providências necessárias para eventual prorrogação da ata de registro de preços ou abertura de novo processo licitatório, realizando o protocolo dos documentos necessários à Secretaria de Administração com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência do prazo final da

vigência do respectivo instrumento, conforme disposto no Art. 12º, IV, do Decreto nº 5.405/2024, publicado em 11/01/2024.

10.1.12 Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, edital e anexos;

10.1.13 Registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sítio Eletrônico Oficial as eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.1.14 Providenciar as devidas publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e no Sítio Eletrônico Oficial do Órgão;

10.1.15 O Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores/prestador com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações do(s) fornecedor(es)/prestador(es), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

11.1 A presente ata de registro de preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando:

11.1.1 Existir modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

11.1.2 Existir necessidade de modificar o valor registrado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

11.2 As alterações qualitativas e quantitativas na presente ata de registro de preços observarão os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei n° 14.133/2021.

11.3 Quando existir prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá ocorrer a renovação dos quantitativos registrados, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

11.4 A renovação dos quantitativos registrados respeitará o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do Órgão gerenciador, o órgão ou a entidade que não tenha participado do processo licitatório poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja apresentada justificativa da vantagem de utilização da ata; bem como a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor/prestador da ata, nos termos dos incisos I, II e III, § 2º do art. 86 da Lei 14.133/21.

12.2 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e demais participantes.

12.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da aquisição/execução, objeto desta Ata correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas pela Secretaria da Fazenda e Planejamento a cada requisição de entrega efetuada e autorizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

14.1 O prazo para pagamento ao fornecedor/prestador e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, devendo ser observadas para efetivação deste, inobstante demais regras previstas nesta cláusula.

14.2 O fornecedor/prestador somente poderá emitir nota fiscal/fatura após a emissão da respectiva nota de empenho.

14.3 O fornecedor/prestador emitirá nota fiscal e enviará a Administração, a qual dará o aceite definitivo no recebimento do objeto, após a devida conferência pelo servidor responsável pelo recebimento.

14.4 O Município efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após o recebimento definitivo do objeto**.**

14.4.1 O fornecedor/prestador deverá comprovar via documento impresso a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva, com efeito negativo relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, como condição à percepção do valor faturado, devendo os valores das guias serem compatíveis com os que são devidos em valores dos empregados vinculados à execução contratual.

14.4.2 Dos valores constantes na nota fiscal, serão retidos os valores inerentes ao ISS e IR.

14.4.3 No corpo do documento fiscal deverá conter as seguintes informações:

a) o número da licitação; e,

b) o número da ordem de compra.

c) os dados bancários da empresa (Agência, C.C e Banco).

14.4.5 A empresa deverá apresentar os dados bancários vinculados ao CNPJ ou CPF, conforme informados na declaração bancária apresentada no momento da assinatura da Ata/Contrato.

14.4.6 A empresa deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ ou CPF, conforme comprovação apresentada mediante cabeçalho do extrato da conta bancária ou outro documento que conste os dados bancários, ou em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor/prestador arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancárias das transações que ocorrerem.

14.4.7 A nota fiscal que não contiver as informações descritas nos subitens anteriores será devolvida sem o seu pagamento, até que seja regularizada a situação.

14.4.8 A Fiscalização das verbas trabalhistas é condição para o pagamento das faturas.

14.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor/prestador e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município.

14.6 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

14.7 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor/prestador, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.8 O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor/prestador vencedora, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

14.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor/prestador não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga
I = Índice de compensação financeira = 0,00026438, assim apurado:
I= (TX/100)/365
TX= percentual da taxa

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A conformidade do objeto deverá ser verificada com base em documento apresentado pela proponente que contenha a relação detalhada do objeto ofertado, conforme estabelecido no processo, com indicação das respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como padrões de qualidade, características técnicas e metodologia de execução, quando aplicável.

15.2 A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade do fornecedor/prestador.

15.3 Será recusado pela Fiscalização os bens e serviços que não satisfaçam às condições do presente Termo de Referência.

15.4 Ficam designados como fiscais do contrato os servidores indicados no Termo de Referência e que subscrevem o presente instrumento contratual, aos quais compete a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, nos termos dos arts. 117 e 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 9º do Decreto Municipal nº 5.405/2024.

15.5 Ficam designados como fiscais substitutos do contrato os servidores indicados no Termo de Referência e que subscrevem o presente instrumento contratual, aos quais compete a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, nos termos dos arts. 117 e 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 9º do Decreto Municipal nº 5.405/2024.

15.6 Ficam designados como gestores do contrato os servidores indicados no Termo de Referência e que subscrevem o presente instrumento contratual, competindo-lhes a gestão contratual, a coordenação do acompanhamento da fiscalização e a adoção das providências necessárias ao atendimento da finalidade da Administração, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 5.405/2024.

15.7 O fiscal e gestor da ata, conforme atribuições, tomarão conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Em caso de descumprimento contratual o município poderá aplicar ao fornecedor/prestador, para o presente instrumento, as infrações e sanções previstas no TÍTULO IV DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as disposições contidas nos artigos desta seção, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo fornecedor/prestador.

17.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do fornecedor/prestador eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
17.6 É dever do fornecedor/prestador orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
17.7 O fornecedor/prestador deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
17.8 O Município poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o fornecedor/prestador atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
17.9 O fornecedor/prestador deverá prestar, no prazo fixado pelo Município, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
17.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados nos termos do art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
17.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
17.10.2 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO
18.1 O fornecedor/prestador deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.
18.2 Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
I. "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
II. "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
III. "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
IV. "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
V. "prática obstrutiva": significa:
V.I - Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
V.II - Atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

a) Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
b) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
c) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
d) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DA SUBCONTRATAÇÃO
19.1 Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mafra – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE
21.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no respectivo sítio oficial do órgão na Internet.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - OUTRAS DISPOSIÇÕES
22.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas na presente Ata serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como nos regulamentos municipais e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento para fins de contratação.

Mafra, XX de XXXXXXX de 202X.

_____	_____
CARLOS ALBERTO NITZ	(EMPRESA)
Prefeito de Mafra	**(REPRESENTANTE LEGAL)**
	(CARGO/FUNÇÃO)
	FORNECEDOR/PRESTADOR

ANDRÉ RAFAEL HACK
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL ROBERTO SIGRIST
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Gestores de Contratos:
Renata Alessandra da Costa

Fiscais do Contrato:
Jackeline Nizer

Fiscais Substitutos do Contrato:
Ana Cassia Gatelli

Visto e aprovado pelo Procurador de Legislação e Atos Administrativos

PAULO PARDAUIL RODRIGUES
OAB/SC 74.303

Assinado digitalmente por PAULO PARDAUIL RODRIGUES
Papel: Parte
(CPF 658.214.912-15)
Data: 30/04/2026 08:32:05 -03:00

Assinado digitalmente por RAFAEL ROBERTO SIGRIST (emitido pelo CPF 287.910.558-[illegible])
Data: 30/04/2026 16:24:09 -03:00

Assinado digitalmente por ANDRE RAFAEL HACK (emitido pelo CPF 051.747.799-[illegible])
Data: 04/05/2026 09:03:27 -03:00

Assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO NITZ (emitido pelo CPF 948.661.989-[illegible])
Papel: Parte
Data: 05/05/2026 10:48:57 -03:00